

A. I. N° - 022073.0080/04-5
AUTUADO - MARIA LUCIA DOS REIS FERREIRA DE SALVADOR
AUTUANTE - DANIEL ANTONIO DE JESUS QUERINO
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 27.08.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0317/01-04

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO REGISTRO DE ENTRADAS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. À época da ocorrência dos fatos a empresa se encontrava na condição de contribuinte regime normal de tributação. Obrigatoriedade da escrituração dos documentos fiscais nos livros próprios. Lançamento confirmado. 2. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. MICROEMPRESA. SIMBAHIA. Reconhecido o cometimento da infração. Infração subsistente. 3. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS. DME. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA Lançamento confirmado. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 03/06/2004, exige ICMS no valor de R\$ 300,00, além de multa no valor de R\$ 2.478,60, pelas razões a abaixo:

1) deu entrada, no estabelecimento, de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, referente aos documentos fiscais n°s 305184, 305098, 305694, 302777, 304608, 310586, 309875, 313459, 314827, 315954, 320717, 319664, 322005, 320560, 326594, 327837, 327838, 334254, 331695, 331376, 336731, 341299, 342091, 343073 e 334255, nos meses de julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2001 e março a junho de 2002, sendo indicada multa de 10%, no valor total de R\$ 2.248,60;

2) recolheu a menos, na condição de Microempresa – SimBahia, no ano de 2000, quando deixou de apresentar a DME relativa ao ano de 1999, com vendas de R\$ 10.800,00 e compras R\$ 0,00. No CFAMT constatou-se que as compras totalizam a quantia de R\$ 41.850,00, no período de abril de 2000 a março de 2001, no valor total de R\$ 300,00;

3) deixou de apresentar informações econômico-fiscais exigidas através da DME relativa ao ano de 2004, multa no valor de R\$ 230,00.

O autuado, às fls. 57 e 58, apresentou defesa alegando descaber a exigência da multa apontada na infração 01, sob o fundamento de que sempre esteve enquadrado como Microempresa estando desobrigado de registrar as notas fiscais apontadas na autuação. Que suas compras no exercício não ultrapassou ao valor de R\$ 30.000,00, ou seja, não mudou de faixa na sua condição de Microempresa – SimBahia. Reconheceu ser devida a diferença apontada na infração 02 que decorreu de erro de sua contadora e, como foi requerida a baixa de sua inscrição em 30/01/04 deixou de entregar a DME de 2004, tendo em vista que o prazo para a entrega da DME de 2003, ocorreu em 11/02/04. Desta maneira, solicita dispensa da multa.

Requeru seja decretada nulidade de parte do Auto de Infração.

O autuante, à fl. 60, informou que a falta de registro de notas fiscais se deu pelo fato de o contribuinte se encontrar na condição/situação normal até 01/07/2002, com base no histórico de atividade econômica, bem como na entrega, pelo autuado, de DMA em 2001 e 2002.

Que o autuado reconheceu devido o imposto apontado na infração 02 e, como o autuado deu entrada no pedido de baixa de sua inscrição em 25/03/04, deixou de apresentar a DME do exercício de 2004, contrariando o disposto no art. 335 do RICMS/97.

Anexou o histórico da atividade econômica/ condição/situação, relação de documentos entregues e, DMA's dos meses de abril/01, dezembro/01, janeiro/02 e agosto/02.

Opinou pela manutenção da autuação.

VOTO

Analisando as peças que compõem o presente processo, verifico que em 01/04/2001 a empresa autuada estava desenquadrada da condição de Microempresa, passando a condição de regime normal de apuração. Intimada para cancelamento em 23/01/2002 e cancelada em 25/02/2002. Voltou a situação ATIVO, em 05/06/2002, na condição de regime normal de apuração do imposto. Só a partir de 01/07/2002 é que retornou a condição de Microempresa, regime simplificado de apuração – SimBahia. Para corroborar tal afirmativa, o autuado passou a apresentar DMA, mês a mês, declaração atribuída aos contribuintes na condição de regime normal de apuração, nos meses de abril de 2001 a agosto de 2002, já que consta dos autos a prova da entrega de DMAs dos meses de abril/2001, dezembro/2001, janeiro/2002 e agosto/2002, bem como à fl. 15, confirmação da entrega das DMAs dos meses de abril de 2001 a agosto de 2002, mediante relação extraída do Sistema de Informatização da SEFAZ/BA.

Desta forma, provado nos autos que o autuado estava, no período de 01/04/01 a 01/07/2002, inscrito na condição de regime normal de tributação, obrigado, portanto, a efetuar a escrituração dos documentos fiscais no livro Registro de Entradas, como determina o art. 116, II, combinado com o art. 322, do RICMS/97. Mantida a multa aplicada.

Foi reconhecido pelo sujeito passivo o recolhimento a menos do imposto, no período de abril de 2000 a março de 2001, no valor total de R\$ 300,00. Mantida a exigência do tributo.

A infração 03 diz respeito a descumprimento de obrigação acessória, por ter, o autuado, no ato da solicitação da baixa de sua inscrição em 2004, deixado de apresentar a DME daquele exercício.

Buscando informações através do Sistema de Informatização da SEFAZ, constatei que o autuado apresentou a DME do exercício de 2003, em 11/02/04, no entanto, não o fez em relação ao período de 2004, obrigatoriedade decorrente da solicitação da baixa de sua inscrição que se deu em 30/01/04, como afirma o próprio defendente. Assim, mantida a multa indicada na autuação.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **022073.0080/04-5** lavrado contra **MARIA LÚCIA DOS REIS FERREIRA DE SALVADOR**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 300,00**, acrescido da multa de 50% prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas nos valores de R\$ 2.248,60 e R\$ 230,00, previstas no art. 42, IX e XVII, do mesmo Diploma Legal.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de agosto de 2004.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR